

**Discurso, cognição e formas de empoderamento:
uma análise do jornal *A Sirene***

***Discourse, cognition and ways of empowerment:
an analysis of the newspaper “The Siren”***

Paulo Henrique A. Mendes

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
pauloufop01@gmail.com

William A. Menezes

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
williamenezes@hotmail.com

Resumo: O artigo pretende analisar práticas discursivas produzidas a partir do rompimento da barragem de rejeitos Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG). Mais especificamente, focaliza uma das iniciativas da sociedade civil organizada, que se traduz pelo jornal *A Sirene*, produzido pelos atingidos com a colaboração dos coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO, como ferramenta de comunicação e de mobilização dos atingidos. Para tanto, utilizam-se como fundamentação teórica categorias oriundas de diferentes modelos inseridos no campo dos estudos discursivos, quais sejam, a noção de ferramenta da tecnologia discursiva, da teoria dos pré-discursos (PAVEAU, 2013), e o conceito de padrão de acesso ao discurso, da análise crítica do discurso (DIJK, 2008). Objetiva-se articular essas duas noções, com vistas à descrição e à interpretação de enunciados do jornal *A Sirene*, tomados como uma amostragem representativa da especificidade dessa prática discursiva. Neste sentido, os procedimentos metodológicos utilizados caracterizam-se como uma abordagem qualitativa de natureza heurística, com vistas à

compreensão do processo de discursivização desse acontecimento que tem sido considerado a maior tragédia socioambiental do país. A hipótese defendida através da análise de amostras do jornal em questão é a de que ele constitui um modo de empoderamento das populações atingidas, sob a forma de uma ferramenta discursiva que propicia aos atingidos padrões de acesso ao discurso.

Palavras-chave: práticas de linguagem; tecnologia discursiva; formas de empoderamento, barragem de rejeitos, jornal *A Sirene*.

Abstract: The article aims to analyze discursive practices about the Samarco dam burst in Mariana (MG). More specifically, it focuses on one of the initiatives of civil society, which is reflected by the newspaper *A Sirene*, produced by the affected people with the cooperation of the collective #UmMinutoDeSirene and NITRO, as a communication tool to mobilize affected people. Therefore, concepts from different models of discursive studies are used as theoretical foundations, such as the notion of discursive tool technology from the pre-discursive theory (PAVEAU, 2013) and the concept of discourse access pattern from Critical Discourse Analysis (DIJK, 2008). Our objective is to integrate both notions aiming at the description and the interpretation of the newspaper *A Sirene*, taken as a representative sample of the specificity of such a discursive practice. In this sense, the methodological procedures used are characterized as a qualitative approach of heuristic nature, in order to understand and interpret the discursivization process of the event, which has been considered the biggest socio-environmental tragedy in the country. The hypothesis defended through the newspaper samples analysis is that it is a way for affected population empowerment, in terms of a discursive tool that allows patterns of discourse access to affected people.

Keywords: language practices; discursive technology; forms of empowerment; dam tailings; newspaper *The Siren*.

Recebido em 17 de agosto de 2016.

Aprovado em 18 de outubro de 2016.

1 Introdução

Neste artigo pretendemos realizar uma análise de algumas práticas discursivas produzidas a partir e acerca do rompimento da barragem de rejeitos, chamada de Fundão, da mineradora Samarco em Mariana (MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. Dentre as suas consequências, ressaltamos a morte de dezenove pessoas, entre trabalhadores e habitantes da região, a devastação completa do subdistrito de Bento Rodrigues e de parte dos distritos de Paracatu, Gama, Camargos, Campinas, Pedras, bem como áreas ribeirinhas ao longo do rio Doce, no percurso da “lama de rejeitos” pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesse sentido, nosso trabalho caracteriza-se como uma abordagem qualitativa que se orienta para a compreensão do processo de discursivização de um acontecimento de proporções catastróficas, que teve repercussão internacional, sendo considerado o maior desastre socioambiental do país. A semiotização desse acontecimento ganhou um contorno importante nas narrativas midiáticas, nas narrativas de atingidos, de agentes públicos e nas ações de solidariedade, em função, entre outros fatores, de seu impacto sobre a vida dos indivíduos, a coletividade e o patrimônio sociocultural na microrregião de Mariana. Mais especificamente, interessa-nos analisar certas práticas de linguagem concebidas e construídas como ferramentas de comunicação e de mobilização das populações atingidas e, conseqüentemente, como formas de empoderamento dessas comunidades em estado de vulnerabilidade, a exemplo de Bento Rodrigues, Paracatu de Minas e Barra Longa.

Entre outras iniciativas da sociedade civil organizada, destacamos como objeto de nossa análise o jornal *A Sirene*, publicação regular criada pelos coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO, que fazem parte de um grupo de apoio constituído por uma ação articulada que integra os atingidos, a arquidiocese de Mariana, jornalistas e professores.¹ Qual

¹ Criado em 05 de fevereiro de 2016, o jornal *A Sirene* possui regularidade mensal. Trata-se de um jornal escrito no formato tabloide por indivíduos na condição de atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, muitos dos quais perderam suas propriedades, espaços comunitários de pertencimento e mesmo algum vizinho ou parente. O jornal, produzido em 16 páginas, tamanho A3, tem tiragem regular de 2.000 exemplares, que são distribuídos, gratuitamente, entre a comunidade de atingidos (cerca de 600 pessoas que habitavam em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Pedra, Barra Longa, etc.), membros da sociedade marianense presentes no ato de lançamento de cada edição

tem sido, então, o papel desse jornal? Como ele se instala na narrativa do “rompimento da barragem” e como se configura na dinâmica da experiência social? Como se comporta, enfim, enquanto tecnologia discursiva que proporciona o acesso das populações atingidas a formas de empoderamento? Assim, buscamos analisar o jornal *A Sirene* como acontecimento discursivo, engendrado em função do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana (MG), enquanto acontecimento histórico, que passa a ser inscrito na memória coletiva da sociedade em geral, e, mais especificamente, da Região dos Inconfidentes em Minas Gerais. A esse propósito, podemos dizer que a própria historicidade dos fatos se constitui, na medida em que são (re)construídos pelo discurso, com vistas a estabelecer seu(s) sentido(s), de modo que um dado acontecimento pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir diversos efeitos de sentido, parafrásticos (relativos à repetibilidade dos dizeres e à regularização dos sentidos) e/ou polissêmicos (referentes à divergência dos dizeres e à diferença dos sentidos).

Nessa perspectiva, utilizaremos como fundamentação categorias oriundas de quadros teóricos diferentes no âmbito dos estudos discursivos, a saber: a teoria dos pré-discursos (PAVEAU, 2013), modelo inserido na vertente francesa da análise do discurso, o qual incorpora uma dimensão cognitiva ao seu quadro conceitual; e a versão da análise crítica do discurso desenvolvida por Van Dijk (2008), que focaliza as relações entre discurso e poder. Destacamos as noções de ferramentas da tecnologia discursiva (PAVEAU, 2013) e de padrões de acesso discursivo ao poder social (VAN DIJK, 2008), que buscamos integrar com vistas à análise de nosso objeto.

2 Cognição distribuída e tecnologia discursiva

A abordagem de Paveau (2013) se insere no escopo dos modelos franceses de análise do discurso, apontando para a necessidade de renovação desta área de conhecimento, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista operacional, com vistas a revitalizá-la. A autora se baseia

(no dia 5 de cada mês) e representantes do poder público da cidade de Mariana. As pautas, entrevistas, fotografias e decisões sobre a produção do jornal são deliberadas, geralmente, pelos próprios atingidos, que contam com a colaboração e supervisão de mediadores culturais pertencentes ao coletivo #Umminutodesirene e NITRO.

em pressupostos epistemológicos (PUTNAM, 1999; DENNET, 1991; SINHA, 2000) que questionam os dualismos tradicionais do pensamento ocidental, tais como as oposições entre mente e corpo, organismo e ambiente, assumindo a perspectiva da cognição distribuída (AUROUX, 1998; HUTCHINS, 1995). Paveau aposta na noção de distribuição como mais apta a dar conta da complexidade envolvida no conceito difuso de contexto, envolvendo a relação entre memória, discurso e cognição social. Segundo a autora, essa noção permite renovar o conceito de contexto, considerando-se a existência de estruturas cognitivas externas.²

Essa perspectiva tem consequências importantes sobre a circunscrição da unidade de análise pertinente para uma análise do discurso integrando o componente cognitivo, numa ótica distribuída: essa não é mais reduzida aos discursos emitidos e às suas condições sócio-históricas de produção. Ela deve integrar também as ferramentas daquilo que chamo doravante de tecnologia discursiva (PAVEAU, 2013, p.145).

Tal formulação reconhece o princípio da mente corporificada, segundo o qual nosso pensamento e nossas ações são cognitivamente estruturados a partir de nossas capacidades sensório-perceptuais e das condições de inte(g)ração organismo/ambiente. Mas avança na direção da cognição social, enquanto fenômeno emergente em condições históricas e culturais específicas, resultante de ações discursivas de sujeitos socialmente relacionados e situados. E mais, assume o caráter dinâmico e distribuído da cognição, no sentido de estar inscrita e de circular por meio de uma gama complexa e variável de artefatos constitutivos de nossa tecnologia discursiva. Nossa hipótese é a de que a produção de um jornal como *A Sirene* é significativamente ilustrativa dessa forma de cognição distribuída, no sentido de constituir uma ferramenta de construção de conhecimentos e de ativação de estratégias cognitivas e metacognitivas de aprendizagem e de ação conjunta desenvolvida na interação entre os atingidos e os grupos de apoio. Assim, destacamos o fato relevante de

² Segundo a autora, essa concepção corresponde a um paradigma sociocultural surgido nos anos 1990 nos Estados Unidos. Nessa ótica, o homem constrói quadros cognitivos na sua interação com o ambiente exterior, material, de modo que a produção de artefatos como uma caderneta, um mapa, uma lista etc., contribuem para a elaboração cognitiva.

que os atingidos participam das reuniões do coletivo, definem as pautas e colaboram (trabalham juntos) na produção do jornal, a exemplo do que é afirmado no editorial da primeira edição:

(1) EDITORIAL

A sirene é um jornal feito pelos atingidos para os atingidos. Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação das suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite a todos para não esquecer. #UmMinutoDeSirene

A questão central é que a construção dessas ferramentas não é concebida como algo acessório ou auxiliar na interação entre os sujeitos no seu nicho biocultural³ (SINHA, 2009), mas como um elemento constitutivo dessa interação, de modo que os processos cognitivos são ao mesmo tempo mentais e sociais, implicando “a instrumentalização tanto do ambiente quanto do próprio corpo” (AUROUX, 1998, p.7). Podemos dizer que a produção do jornal consiste no engendramento de padrões intersubjetivos de experiência discursiva que fazem parte da construção da identidade e da memória dos atingidos. Assumimos aqui a noção de memória cognitivo-discursiva (PAVEAU, 2007), que apresenta três características mais básicas. A primeira delas relaciona-se à natureza ativa da memória enquanto processo (re)construtivo, ou ainda, de (re)categorização do mundo e, por conseguinte, de recriação do vivido, no sentido de ‘reelaborar’ discursivamente o passado em função do presente enunciativo. A segunda refere-se às ligações memoriais, inscritas nos processos de transmissibilidade dos lugares de memória, as quais, segundo a autora, são fundamentais para a produção dos discursos e distribuição dos saberes e crenças, de um ponto de vista tanto sincrônico quanto diacrônico. A terceira diz respeito ao papel fundamental dos afetos e emoções na constituição e no funcionamento da memória cognitivo-discursiva, o que é pertinente com uma concepção experiencial das interações e da produção de sentido.

³ Em consonância com a psicologia ecológica de Gibson (1966), Sinha (2009) formula a noção de nicho biocultural, em termos de repertórios ecológicos evolutivamente desenvolvidos, os quais são constitutivos do modo específico de ser / viver / agir de certas espécies animais, entre elas, o homem. Trata-se de um processo no qual organismo e ambiente estão em relações complementares, cada um configurando o outro.

A propósito, o nome do jornal – *A Sirene* – é relevante para a nossa discussão, a começar pelo fato de que não havia ‘sirene’ na Barragem da Samarco, embora as regras de emergência em barragens preconizem o uso desse ‘instrumento’ para alertar a população sobre o risco iminente de acidentes. Nesse sentido, o nome do Jornal alude a esse fato denunciado, ao mesmo tempo em que o ressignifica metaforicamente, de modo que *A Sirene* passa a ser a ferramenta de comunicação e mobilização dos atingidos. Não por acaso, o primeiro número do Jornal apresenta uma seção intitulada “Quem foi sua sirene?”, composta por depoimentos de atingidos, a exemplo dos seguintes excertos:

(2) SEU SEBASTIÃO

Minha sirene foi Deus. Vi a lama a cinco metros de onde estava; corri muito, se não corresse morreria. Salvei minha irmã de 70 anos, carreguei ela no colo.

(3) ARNALDO

Acordei às 16 horas e ouvi o Gladismar gritando na praça. Ele foi a minha sirene. Depois disso, salvei seis pessoas da lama.

(4) SÔNIA

Minha sirene foi a gritaiada na praça, a afobação do povo. Não deu tempo de correr. Quando vi, a lama já estava na minha garagem. Eu, meu filho e meu sobrinho nadamos na lama grudenta em zig-zag, fugindo da correnteza até chegar em um ponto firme.

Esses exemplos mostram claramente o processo de metaforização da sirene como um aviso providencial que possibilitou que as pessoas se salvassem e se ajudassem a escapar da lama de rejeitos. Os excertos ilustram as características da noção de memória cognitivo-discursiva, pois são (re)categorizações do vivido através da enunciação, estabelecem ligações memoriais entre si, em termos da transmissibilidade sincrônica dos saberes e crenças relatados, e ainda, revelam o papel constitutivo dos afetos na experienciação discursiva dos depoimentos. Nos termos do modelo de Paveau (2013), o nome do Jornal *A Sirene*, bem como as outras referências a ela, configuram apelos aos pré-discursos, enquanto “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças,

práticas), que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso” (PAVEAU, 2013, p.130). Mais especificamente, *A Sirene*, enquanto nome próprio do Jornal, ilustra bem a concepção da autora acerca dos nomes próprios como “designadores brandos”, termo adotado para descrevê-los como portadores de sentido e de valores identitários, culturais e ideológicos instáveis e relativos. Vejamos mais um exemplo significativo dessa abordagem acerca dos pré-discursos e, mais especificamente, dos nomes próprios:

(5) SEU FILOMENO ME CONTOU

Por Elias Souza e Filomeno da Silva

Com apoio de Cláudia Pessoa, Marília Mesquita

Um dia, Seu Filomeno contou a história do Bento para o Elias.

Elias procurou nos livros e viu que estava do mesmo jeito. Então, Elias escreveu...

Bandeirantes em Mariana e Ouro Preto que não estavam satisfeitos com seu líder, procuraram ir para outros locais. Desceram a Serra de Antônio Pereira, seguiram o rio Gualaxo até o entroncamento com o rio Gregário (no Tico Tico).

Lá tiravam em torno de 250 a 300 oitavas de ouro e assim subiram mais acima no leito do rio onde formou o acampamento formado pelo líder Bento Rodrigues. (...)

O fragmento acima também compõe a primeira edição do Jornal, caracterizada pela produção de textos que configuram formas emergentes de textualidade, as quais não se enquadram nos parâmetros recorrentes e tradicionais dos gêneros jornalísticos, aspecto que voltaremos a discutir na sequência deste artigo. Por ora, vamos nos deter um pouco mais sobre os índices de apelo aos pré-discursos, especialmente sob a forma do uso do nome próprio, que, no texto acima, aparece inicialmente através da menção feita a “Seu Filomeno”,⁴ socialmente reconhecido como um

⁴ A quinta e última edição de *A Sirene* estampa na sua capa uma foto de seu Filomeno e dedica uma matéria a este senhor intitulada “Seu Filomeno: a festa dentro de um homem”.

dos guardiões da memória do distrito de Bento Rodrigues. O título “Seu Filomeno me contou” alude a essa autoridade que lhe é conferida, evocando quadros pré-discursivos relacionados a crenças e saberes partilhados pela comunidade. Esse apelo a elementos pré-discursivos, que servem de base para a elaboração dos discursos, aparece de forma mais evidente no enunciado “Um dia, Seu Filomeno contou a história do Bento para o Elias”, na medida em que indicia também elementos pré-discursivos relativos à “história do Bento”, como conjunto de saberes tácitos relacionados a essa comunidade e por ela compartilhados. Essa história, atestada pelo narrador Elias – que “procurou nos livros e viu que estava do mesmo jeito” – articula, em uma rede recursiva, uma série de outros nomes próprios citados no texto acima, tais como “Mariana, Ouro Preto, Serra de Antônio Pereira, Rio Gualaxo, Rio Gregário e Bento Rodrigues”, referências constitutivas da narrativa sobre os Bandeirantes nessa região. Esses nomes representam formas de apelo a quadros pré-discursivos que possibilitam a emergência do relato em questão, em termos da transmissibilidade diacrônica dessas ligações memoriais.

Enquanto tecnologia discursiva, o jornal *A Sirene* pode ser concebido como um instrumento que permite pensar, categorizar e agir através da linguagem. Paveau lança mão da noção de ferramenta cognitiva, mencionando autores que trabalham com essa noção do ponto de vista da aprendizagem, a exemplo de Jonassen (1992), os quais desenvolvem estudos sobre a utilização de computadores no processo de aprendizagem, mas destacam a habilidade da escrita como uma forma paradigmática de desenvolvimento dessas ferramentas. Essa concepção converge com a perspectiva de Auroux (1998) para quem “a hipótese contrária [à cognição na cabeça] baseia-se na existência de estruturas cognitivas externas. Essas últimas se desenvolveram graças à tecnologia intelectual da escrita” (AUROUX, 1998 *apud* PAVEAU, 2013, p.146). Certamente, tal noção não se restringe à escrita, mas, no nosso caso específico, preconizamos a hipótese de que o Jornal em questão envolve um processo de aprendizagem conjunta entre os atingidos e os grupos de apoio, em busca do desenvolvimento de formas de comunicação, de mobilização e de preservação da memória, as quais são aperfeiçoadas ao longo das edições, produzindo uma certa regularização dos padrões de textualidade e de letramento que as constituem. A propósito, Paveau (2013, p.147) afirma que:

Será, portanto, necessário, na prática de análise do discurso com dimensão cognitiva, considerar, no interior das ferramentas discursivas, as ferramentas linguísticas que são as antologias, os manuais, os dicionários, as coleções de provérbios, os dicionários de citação e de ideias recebidas, as obras de cultura geral e de cultura mundana, as obras de grandes autores do patrimônio, todos os instrumentos capazes de permitir a elaboração de quadros coletivos. Na análise de corpus, em vez disso, nos voltaremos para as ferramentas discursivas menos culturais como os “papeizinhos” (bilhetes, listas, recados, lembretes e anotações) ou as inscrições (lápides, placas de trânsito, sinais) (PAVEAU, 2013, p.147).

Parece-nos que o jornal *A Sirene* constitui uma ferramenta discursiva popular, dadas as suas condições de produção, circulação e recepção, enquanto objeto em processo de construção e de consolidação, se comparado aos jornais tradicionais, conhecidos como imprensa de referência. Nesse sentido, do ponto de vista de uma ferramenta propriamente linguística, chama-nos a atenção a produção de uma das seções que tem se tornado uma das mais regulares do jornal, intitulada “A gente explica”, a qual constitui uma espécie de “dicionário popular”, produzido em colaboração direta com os atingidos. Reproduzimos aqui uma parte da seção publicada na primeira edição, embora ela esteja também presente nas demais edições:

(6) A GENTE EXPLICA

Agronegócio: 1. Horta; 2. Plantação; 3. Pessoas que tinham suas vidas ligadas à agricultura, ou seja, que tiravam o seu sustento através do seu trabalho.

Atingidos: 1. Prejudicados pela lama; 2. Sofreu algum dano ou perda diretamente; 3. Pessoas que perderam tudo, ou seja, bens materiais, sonhos, vidas, liberdade; 4. Inocentes.

Barragem: 1. Sensação de perigo; 2. Bomba; 3. Pesadelo de várias comunidades brasileiras por várias décadas; 4. Irresponsabilidade.

Bento: 1. Paraíso; 2. O nosso mundo, o nosso maior sonho e esperamos que seja o nosso presente; 3. Vítima.

Direito: 1. Ter uma casa; 2. Correto; 3. O que queremos que seja cumprido justamente; 4. Justiça.

Identidade: 1. União; 2. Identificação; 3. Perdemos.

Memória: 1. Saudade; 2. O que nos restou da nossa vida, da nossa comunidade, ou seja, o que foi soterrado pela lama; 3. Momentos felizes com meu pai.

Mineração: 1. Emprego; 2. Retirada de metais; 3. O que veio depois que já estávamos instalados e tranquilos; 4. Uma atividade que, se não for correta, pode acabar com a vida de inocentes.

Notícia/imprensa: 1. Distorção e manipulação; 2. Informação, aproveitando da situação para elevar o nível da audiência sem pensar em quem foi atingido; 3. Algumas verdades, algumas mentiras, porém foi de muita validade e está sendo, não deixando que a gente fique no esquecimento, nós achamos de muita importância; 4. Algumas manipuladoras e oportunistas e outras a favor da verdade e da realidade.

Rejeito/lama: 1. Poluição; 2. Sobra não aproveitada, barro; 3. Monstro criado que nos levou à ruína total, ou seja, destruiu toda a nossa casa; 4. Trauma.

Podemos perceber, de início, que não se trata de um conjunto de definições convencionais, segundo as regras de construção de verbetes dos dicionários tradicionais, nos moldes filológicos e/ou lexicológicos, mas sim de um conjunto de enunciações que traduzem um conhecimento intuitivo dos atingidos sobre os sentidos que eles atribuem aos itens lexicais em questão. Em outras palavras, os sentidos das “palavras” são construídos a partir de uma perspectiva experiencial dos fenômenos, cujo semantismo assume o ponto de vista de primeira pessoa, com alto grau de subjetivação, e não de terceira. Nesse sentido, as definições de

“agronegócio”,⁵ por exemplo, não entram em relação parafrástica, de repetibilidade dos sentidos convencionais associados a esse item lexical, mas, ao contrário, estabelecem uma relação polissêmica, de divergências em relação a esses sentidos convencionais. Ao mesmo tempo, observamos a presença da primeira pessoa do plural, de um “nós” coletivo fundamentado em crenças e valores da comunidade atingida, o que indicia a existência de quadros pré-discursivos partilhados intersubjetivamente. Um dos exemplos mais significativos se faz representar pela definição de “Bento” como “o nosso mundo”, expressão que nos remete à noção de *dêixis* enciclopédica, tal como formulada por Paveau (2013, p.195):

A dêixis é uma forma privilegiada de apelo aos quadros pré-discursivos coletivos, porque ela constitui um dispositivo que assegura ao mesmo tempo a referência e a construção enunciativa do discurso. Não me refiro aqui à dêixis enunciativa que indica as referências do aqui e do agora (dêixis pessoal, espacial e temporal), mas ao que T. Fraser e A. Joly chamam de ‘dêixis memorial’ (1980): trata-se de expressões, para eles, sintagmas nominais demonstrativos, que se referem aos saberes supostos presentes na memória do interlocutor e que provocam um efeito de empatia. Trata-se de qualquer modo de uma situação de enunciação estendida à memória do sujeito. (PAVEAU, 2013, p.195)

Destacamos também, como forma de apelo a quadros pré-discursivos coletivos, uma das concepções associadas ao termo “memória”, definida como “o que nos restou da nossa vida, da nossa comunidade, ou seja, o que foi soterrado pela lama”. Esse enunciado indicia um conjunto de crenças e valores tácitos e nos remete à noção de acontecimento, definido por Pêcheux como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p.17), podendo ser analisado em termos de uma correlação entre o fato e a forma como ele foi percebido, como se atualiza e se mantém presente na memória coletiva. Notamos, ainda, que as “definições” que compõem essa seção apresentam um forte valor axiológico e afetivo, expressando o modo

⁵ Agronegócio é um termo convencionalmente usado para se referir às grandes propriedades monocultoras que empregam tecnologia avançada e pouca mão de obra, com produção voltada principalmente para o mercado externo ou para as agroindústrias com a finalidade de lucro.

como os atingidos experienciam e avaliam as noções apresentadas na seção. Nesse sentido, os enunciados demarcam criticamente um posicionamento identitário,⁶ coletivo, a exemplo dos sentidos atribuídos a “atingidos” – como “prejudicados pela lama” –, de “barragem” – como “pesadelo de várias comunidades brasileiras” –, de “mineração” – como “o que veio depois que já estávamos instalados e tranquilos, retirando nosso sossego e a nossa vida” –, e de “rejeito” – como “monstro criado pela mineração que nos levou à ruína total, ou seja, destruiu toda a nossa casa”. Reiteramos a presença de um alto grau de subjetivação das enunciações, boa parte delas sendo expressa na primeira pessoa do plural, além de apresentar claro valor metafórico “barragem/pesadelo”, “rejeito/monstro”. Em síntese, o próprio título dado à seção do jornal, “A gente explica”, referencia esse ponto de vista coletivo, popular, comunitário, assumido pelo jornal, que dá voz à população atingida, valorizando os seus saberes e os seus modos de dizer, ou seja, a sua cultura e a sua linguagem.

3 Empoderamento e padrões de acesso ao discurso

Nessa perspectiva, o Jornal é uma tecnologia discursiva que se realiza como uma alternativa prática de empoderamento das comunidades atingidas, na medida em que busca dar-lhes voz e visibilidade social e política. Como prática, trata-se de uma atividade dinâmica, em construção e transformação, cuja identidade não se caracteriza pela homogeneidade e pelo consenso absolutos, mas sim pela coexistência das diferenças e pela gestão das divergências, com vistas à preservação dos direitos e da memória dessas comunidades. Assim, o editorial da segunda edição é bastante ilustrativo desse processo de produção do Jornal:

(7) EDITORIAL

O jornal *A Sirene* chega à sua segunda edição também como uma “voz provisória”, assim como são apenas paliativos os ressarcimentos que a empresa tem oferecido aos atingidos para minimizar o prejuízo incalculável

⁶ Esse posicionamento identitário se faz presente, inclusive, através de sua denegação, tal como aparece em “perdemos”, uma das formulações sobre o termo “identidade”.

que foi causado. Inclusive, uma forma de tentarmos mostrar a nós, marianenses, que não se pode transformar o drama de todos – da sede e das comunidades atingidas – em preconceito, em ódio, descaso e egoísmo, como tem acontecido com frequência neste mês de março. [...] Sabemos que a empresa e os governos possuem centenas de jornalistas e milhares de recursos para publicidade, trabalhando a história do ponto de vista deles. Aqui, são poucos voluntários e os próprios atingidos que se juntam para debater problemas e as possíveis soluções. São os atingidos que saem em campo para pesquisar, fotografar e mostrar a história pelo olhar deles, pelas críticas deles, pelos segredos deles, pelos questionamentos deles e apontando as soluções que eles queremos para o rumo das vidas deles. #UmMinutoDeSirene

No editorial acima, o Jornal projeta uma imagem de si (*ethos*) como “voz provisória”, reconhecendo (auto)criticamente o seu caráter de ferramenta/prática em construção e as limitações relativas ao seu impacto efetivo na resolução dos problemas dos atingidos, que sofreram um “prejuízo incalculável”. Ao mesmo tempo, critica as medidas até então tomadas pela Samarco, ao dizer que “são apenas paliativos os ressarcimentos que a empresa tem oferecido aos atingidos”. Sobretudo, o editorial explicita a natureza cindida da subjetividade que emerge no jornal, estruturada pelo acontecimento enunciativo que ele engendra, a qual assume o ponto de vista coletivo de um “nós” caracterizado por uma tensão constitutiva na relação com o outro. Esse “nós” se afirma inicialmente pela via de um posicionamento identitário regional – “nós, marianenses” –, marcado pelo conflito e pela alteridade, ao dizer que “não se pode transformar o drama de todos – da sede e das comunidades atingidas – em preconceito, em ódio, descaso e egoísmo, como tem acontecido com frequência neste mês de março”. Trata-se de uma autocrítica que reconhece o conflito e a heterogeneidade dessa identidade regional/cultural, na qual se faz presente a tensão entre os moradores da sede de Mariana e as comunidades dos distritos atingidos, resultante de relações contraditórias de poder e de inclusão/exclusão.

Em seguida, o editorial demarca uma relação interdiscursiva de confronto com o ‘outro’ caracterizado como instância hegemônica de

poder econômico e político: “Sabemos que a empresa e os governos possuem centenas de jornalistas e milhares de recursos para a publicidade, trabalhando a história do ponto de vista deles.” Ao identificar a empresa e os governos como instâncias de poder que contam a história do seu ponto de vista dominante, o Jornal se institui como um contradiscurso e como um contrapoder, assumindo o ponto de vista não dominante dos atingidos: “Aqui, são poucos voluntários e os próprios atingidos que se juntam para debater problemas e as possíveis soluções. São os atingidos que saem em campo para pesquisar, fotografar e mostrar a história pelo olhar deles, pelas críticas deles, pelos segredos deles, pelos questionamentos deles e apontando as soluções que eles queremos para o rumo das vidas deles.” A calibragem e a gestão desse ponto de vista, indiciado pelo dêitico “Aqui”, se revelam ainda em construção, oscilando entre um “nós” inclusivo do Jornal (grupo de apoio e atingidos) e um “eles”, referindo-se aos “atingidos”. Essa oscilação se evidencia no deslize enunciativo presente no segmento final – “que eles queremos para o rumo da vida deles” – que, para além de um lapso de revisão, é sintomático de uma identidade enunciativa em construção.

Na dimensão dessa relação entre poder e contrapoder, entre discurso dominante e não dominante, interessa-nos discutir a noção de padrões de acesso ao discurso, formulada por Van Dijk (2008), para quem “é importante ressaltar um elemento nas definições de poder e de dominância, qual seja, a dimensão cognitiva do controle” (VAN DIJK, 2008, p.88). Ainda segundo o autor, cuja obra se insere nos modelos de análise crítica do discurso:

Um elemento importante na reprodução discursiva do poder e da dominância é o próprio acesso ao discurso e a eventos comunicativos. Nesse ponto, o discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual. Por exemplo, nem todos têm acesso igual à mídia ou à fala e à escrita médicas, jurídicas, políticas, burocráticas ou acadêmicas. Assim, precisamos explorar as implicações de uma questão complexa: quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis de ouvintes (VAN DIJK, 2008, p.89).

Propomos uma articulação entre as formulações de Van Dijk (2008) e de Paveau (2013), no sentido de considerarmos o jornal *A Sirene* como uma ferramenta da tecnologia discursiva que constitui um padrão de acesso ao discurso por parte dos atingidos, na medida em que eles participam de todo o processo de produção do Jornal, conforme é dito no excerto do editorial reproduzido mais acima. Assim, embora não se trate de um veículo midiático de referência, que assume um discurso dominante/hegemônico sobre o rompimento da barragem e seus desdobramentos, a exemplo da cobertura ostensiva realizada pelo jornal *Estado de Minas*, *A Sirene* é uma ferramenta que proporciona o acesso dos atingidos ao conjunto de eventos comunicativos que a compõem, desde as reuniões de pauta até a elaboração e edição dos textos. A propósito, vale notar que os atingidos manifestam geralmente um posicionamento crítico acerca da cobertura midiática sobre o evento, realizada pela imprensa de referência, o que pode ser observado nas definições de “notícia/imprensa”, presentes na seção “A gente explica”, como “distorção e manipulação”; “informação, aproveitando da situação para elevar o nível da audiência sem pensar em quem foi atingido”; ou ainda, “algumas manipuladoras e oportunistas e outras a favor da verdade e da realidade”. Apresentamos, a seguir, um exemplo ilustrativo sobre uma das formas de acesso ao discurso, proporcionadas pelo jornal *A Sirene*, tematizando aspectos da relação que o jornal estabelece com a imprensa de referência.

(8) HOJE O REPÓRTER SOU EU!

Em quatro meses, respondemos milhares de perguntas para os jornalistas. Agora, resolvemos inverter os papéis. Entrevistamos a imprensa: o Daniel Camargos, do jornal *Estado de Minas*, e o Roberto Verona, da Rádio Mariana.

Por Cláudia Alves, Elias Souza, Maria das Graças Quintão e Marinalva Salgado

Com apoio da Silvany Diniz e da Thatyanna Mota

[...]

Se fosse um atingido que perdeu tudo, ainda participaria de uma passeata em favor da Samarco?

Verona: Não iria de jeito nenhum. Só iria pelo meu trabalho de cobrir.

Daniel: Respeito a opinião das pessoas, mas não conseguiria de forma alguma.

[...]

O que acha de termos agora o nosso jornal?

Verona: Bacana, fácil, tem uma linguagem gostosa de ler. Vocês têm de continuar.

Daniel: Sensacional. É uma forma de ficarem unidos. Inclusive, isso que estamos fazendo aqui é uma boa pauta. Vai sair no próximo?

Vai, sim, Daniel. A história do dia que você e o Roberto foram entrevistados pelos atingidos já está aí. Obrigado!

A seção “Hoje o repórter sou eu!”, da qual reproduzimos alguns fragmentos, foi publicada na segunda edição do Jornal e apresenta uma interessante inversão dos papéis enunciativos desempenhados pelos participantes do evento comunicativo representado pela entrevista, expressa pelo próprio título e pelo enunciado: “Em quatro meses, respondemos milhares de perguntas para os jornalistas. Agora, resolvemos inverter os papéis. Entrevistamos a imprensa.” Podemos identificar a presença de uma reflexão crítica dos atingidos sobre a sua relação com a imprensa tradicional, no sentido de reivindicarem a prerrogativa de fazerem perguntas a esta última, uma vez investidos do poder de produzirem e publicarem o próprio Jornal. Nessa perspectiva, essa prática implica a produção de estratégias metacognitivas relativas às atividades características da atividade jornalística, a exemplo da realização de entrevistas, com seus respectivos papéis de entrevistador e entrevistado, associados às ações discursivas de perguntar e responder. *A Sirene* propicia aos atingidos o acesso à produção de perguntas como forma de empoderamento discursivo, especialmente ao assumirem o papel de entrevistadores, e não de entrevistados. Assim, os excertos da seção em questão estabelecem uma relação dialógica entre os jornalistas e os atingidos, sendo que estes últimos, no papel de entrevistadores, realizam perguntas orientadas argumentativamente. Na primeira pergunta, podemos inferir a presença de uma orientação argumentativa crítica em relação à empresa Samarco – “Se fosse um atingido que perdeu tudo, ainda participaria de uma passeata em favor da Samarco?” –, corroborada pelas respostas dos jornalistas. Na segunda pergunta,

percebemos uma orientação argumentativa elogiosa em relação ao jornal *A Sirene* – “O que acha de termos agora o nosso jornal?” – também corroborada pelas respostas dos entrevistados. Além disso, destacamos a estratégia discursiva utilizada no final da seção, sob a forma de uma “réplica” que atesta enunciativamente a publicação da entrevista: “Vai, sim, Daniel. A história do dia que você e o Roberto foram entrevistados pelos atingidos já está aí. Obrigado!”

O caráter dinâmico⁷ de *A Sirene*, como tecnologia discursiva em construção, favorece a elaboração de novos padrões de acesso ao discurso, como forma de preservação da memória, de resistência e de empoderamento dos atingidos, produzindo práticas discursivas emergentes. Ainda que elas não se enquadrem estritamente nas convenções dos gêneros mais típicos da imprensa tradicional, assimilam algumas dessas características, para engendrar novas formas de textualidade, mais adequadas à identidade e às demandas e objetivos dos atingidos e do coletivo Minuto de Sirene. Isso nos remete à abordagem de Van Dijk (2008), segundo o qual:

A forma crucial de acesso consiste no poder de controlar dimensões variadas do próprio discurso ou fala: qual a modalidade de comunicação pode ser usada (fala, escrita), qual variedade linguística pode/deve ser usada e por quem (língua padrão ou de prestígio, um dialeto etc.), quais gêneros do discurso são permitidos, quais tipos de atos de fala, ou quem pode iniciar ou interromper turnos de fala ou seqüências discursivas (VAN DIJK, 2008, p.92)

A Sirene assume uma postura democrática de valorização das diferenças culturais e linguísticas, comportando uma plasticidade considerável em termos da gestão da presença de registros discursivos mais próximos da oralidade e de respeito aos diversos graus de letramento

⁷ A alusão ao caráter dinâmico do jornal refere-se ao fato de que existe uma permanente avaliação sobre o efeito e a validade de cada edição, bem como da apresentação gráfica e das seções do jornal. Essa avaliação é realizada em reunião aberta, pública, com a participação decisiva dos atingidos e dos membros dos grupos de apoio. É no decorrer de cada uma dessas reuniões que se definem as alterações de linha, se for o caso, e a pauta para a próxima edição, bem como quais serão os sujeitos responsáveis por cada item da pauta, sendo a produção escrita mediada pelos grupos de apoio (#Umminutodesirene e NITRO).

que se fazem representar em seus textos. Essa mesma plasticidade se apresenta na negociação das pautas e na configuração dos gêneros, de características mais autorais do que de rotina. Não obstante, podemos observar um processo de regularização de alguns padrões de acesso ao discurso que nos parecem relevantes para uma reflexão mais apurada sobre formas de empoderamento constitutivas do jornal. Assim, a assimilação das características dialogais da entrevista propiciou a emergência de uma seção que tem sido recorrente desde a segunda edição do jornal, apresentando uma crescente regularidade enunciativa. Trata-se da seção intitulada “Direito de entender”, na qual a prerrogativa de elaborar e de fazer perguntas avulta como principal estratégia de acesso a formas de empoderamento discursivo. Nesses termos, o próprio título faz referência ao direito dos atingidos de ter acesso a informações relevantes acerca das questões jurídicas relacionadas à vida e aos direitos das famílias impactadas. Essa seção permite o acesso dos atingidos a um evento comunicativo em que fazem perguntas a autoridades do poder público, especialmente representantes do ministério público. Reproduzimos abaixo fragmentos de duas seções do “Direito de entender”, publicadas respectivamente na terceira e na quinta edições do jornal.

(9) O DIREITO DE ENTENDER

Por Maria do Carmo da Consolação (Carminha), Manoel Marcos Muniz, Mauro Marcos Silva, Mônica dos Santos
Com apoio de Ana Elisa Novais e Letícia Oliveira
Respondido por Guilherme Meneguim

Onde e como estão sendo tomadas as decisões sobre os nossos direitos?

Nas reuniões com a Samarco e a Comissão dos Atingidos, em assembleias públicas da Ação Civil Pública que nós no Ministério Público ajuizamos. Nela, o acordo foi: R\$ 20 mil a cada família. R\$ 10 mil como verba de manutenção e R\$ 10 mil de adiantamento da indenização, cujo valor final ainda não foi estipulado. Desses valores, R\$10 mil serão

descontados do valor futuramente, mas os outros R\$10 mil não podem ser descontados. Da mesma forma com as indenizações das famílias que perderam parentes. Elas receberam um adiantamento de R\$100 mil. As famílias que não receberam esses valores ainda podem requerê-lo, mas se entraram com ações individuais terão que esperar a liberação. É importante frisar: o que não foi decidido ainda pode entrar em outras audiências. É preciso que todos participem das reuniões e acompanhem as negociações. [...]

Não é nosso objetivo e nem dispomos de condições de tempo e espaço para analisarmos a integridade dos textos que constituem a seção “O direito de entender”. Queremos apenas ressaltar a sua relevância, no sentido de constituir um evento comunicativo que, no caso específico do excerto acima, interpela o promotor de Mariana, Guilherme Meneguen, a esclarecer questões relativas às instâncias de tomada de decisão responsáveis por lutar para garantir os direitos dos atingidos. O promotor, em sua resposta, menciona essas instâncias e descreve, mais especificamente, os valores das verbas indenizatórias acordadas na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público, enfatizando a importância do engajamento dos atingidos.

Na sequência, apresentamos um trecho da seção “O direito de entender” que tematiza o acórdão proposto pela União e pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, publicada na quinta edição de *A Sirene*.

(10) DIREITO DE ENTENDER (Especial “Acórdão”)

Entrevista com o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto
Por Antônio Geraldo dos Santos, Mirela Sant’Ana e
Mônica Santos

Com apoio de Ana Cristina Maia, Ana Elisa Novais e Lucas
Godoy

Como o STJ suspendeu o acórdão (decisão tomada no dia 30 de junho e repassada pelo promotor em primeira mão e, até então, com exclusividade ao jornal *A Sirene* naquele dia)?

O Ministério Público Federal tinha entrado com uma reclamação no Superior Tribunal de Justiça. E, nessa reclamação, a desembargadora decidiu pela suspensão do acordo.

[...]

Então, o que é o acórdão?

Uma medida jurídica criada pela União e pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo para pôr fim a uma ação civil pública iniciada logo após o rompimento da barragem de Fundão. Aquela que pedia R\$ 20 bilhões. Eles fizeram esse chamado “acórdão” com as três empresas (Samarco/Vale/BHP), tentando, de alguma forma, celebrar todas as medidas necessárias para a recuperação dos danos ambientais e socioeconômicos. Aí reside uma das principais críticas do Ministério Público de Minas Gerais.

[...]

O acórdão podia ameaçar os direitos dos atingidos?

Não só “pode”. Ele ameaça de fato o direito dos atingidos

No excerto da entrevista acima, realizada com o promotor de Justiça de defesa do meio ambiente do Estado de Minas Gerais, podemos perceber o alcance e as limitações do Jornal como tecnologia discursiva que oferece aos atingidos padrões de acesso ao discurso. Logo na primeira pergunta, o Jornal destaca que a decisão de suspender o acórdão foi “repassada pelo promotor em primeira mão e, até então, com exclusividade ao jornal *A Sirene*”, fato que o valoriza como forma de empoderamento das comunidades atingidas. A disponibilidade do promotor para responder as questões do Jornal também denota o seu reconhecimento nesse sentido. Por outro lado, fica claro que é o promotor que ocupa uma posição de saber e de poder de decisão, do ponto de vista institucional, a exemplo da prerrogativa de fazer uma reclamação no Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso específico, que tematiza o acórdão entre União e Estados com as Empresas (Samarco/Vale/BHP), podemos observar a complexidade das estruturas institucionais envolvidas no processo em questão e o seu poder de tomar decisões à revelia das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem. O acórdão proposto pode ser analisado como um exemplo do que Van Dijk

(2008) chama de dominância, enquanto “forma de abuso do poder social, isto é, como exercício moral e legalmente ilegítimo de controle sobre os outros em benefício ou interesse próprio de alguns, frequentemente resultando em desigualdade social” (VAN DIJK, 2008, p.88). Ao longo da entrevista, o promotor critica e expõe claramente o caráter abusivo do acórdão, que faz uma blindagem da Samarco, ao criar uma estrutura que retira da responsável pela reparação dos danos ambientais e sociais a obrigação de ressarcir.

Bem entendido, o jornal *A Sirene* não tem o poder de reverter as decisões tomadas no âmbito das estruturas de dominância socioeconômica, jurídica e política, mas assume a responsabilidade de promover o acesso à informação e à mobilização dos atingidos, configurando, como dissemos, uma instância de resistência e de contrapoder. Sobretudo, o protagonismo assumido pelos atingidos, na reivindicação de seus direitos, na afirmação de sua cultura e na preservação de sua memória e de seu patrimônio é, sem dúvida, a principal forma de empoderamento dessas comunidades, proporcionada pelo Jornal. Um último exemplo que apresentamos para ilustrar essa forma de resistência e de reflexão crítica diz respeito ao posicionamento dos atingidos acerca da proposta da Samarco de construir o chamado Dique S4, que, segundo a empresa, teria o objetivo de controlar novas inundações, através do alagamento de uma área considerável do distrito de Bento Rodrigues, como forma de represamento e retenção dos rejeitos. Na sexta (e, até então, última) edição do Jornal, essa questão foi escolhida como uma das principais pautas, resultando na publicação da seção “Dique S4 – problema ou solução”, da qual reproduzimos alguns trechos:

(11) DIQUE S4 – PROBLEMA OU SOLUÇÃO

Por Antônio Geraldo dos Santos, Cristiano José Sales,
Lucimar Muniz e Manuel Marcos Muniz.

Com apoio de Felipe Pires, Isabella Walter, MAB e Stênio
Lima

[...]

“Para mim, não podemos admitir que a cena do crime seja encoberta com água e rejeito. As únicas prova e garantia que temos são as ruínas e as casas que sobraram.

A construção do dique S4 é inadmissível neste momento. Não conseguimos assimilar a perda que tivemos e tão cedo eles já querem tomar o que é nosso, aquilo que levamos gerações para construir. Querem nos furtrar. Estão usando a forma mais covarde para fazer isso: quando dizem que a única solução é a construção do dique S4, querem nos por contra a parede, quando na verdade acho que querem é tirar o que é nosso.” Antônio Geraldo dos Santos

[...]

“A empresa tem a proposta dela para o dique e dá várias garantias de como tudo será feito. Mas, depois de 9 meses do rompimento da barragem, podemos confiar plenamente no discurso dela? Quem garante que não haverá alteamento do dique S4 após um tempo, com o argumento de que sem altear ele não vai resolver o problema de descida da lama? Se ele for alteado, vai alagar uma área maior ainda da comunidade de Bento Rodrigues. Há muito mais coisa em jogo: provas do crime, cultura, história.” MAB

A matéria é composta por um conjunto de depoimentos dos atingidos que denota um posicionamento caracterizado pelo claro enfrentamento da estratégia de “dominância” da Samarco – “A construção do dique S4 é inadmissível neste momento” –, baseado em referências ao Relatório Final da Comissão Extraordinária das Barragens/Belo Horizonte 2015/2016, ao Parecer do Comitê Interfederativo e à Nota Técnica do IBAMA. Nesse sentido, os atingidos, em colaboração com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), que questiona as supostas garantias dadas pela empresa, argumentam acerca dos riscos implicados na proposta de construção do dique S4, acusando a empresa e denunciando quais seriam as suas reais intenções, ao propor a construção do referido dique. Trata-se de uma forma contundente de contradiscurso e de resistência à pressão exercida pela empresa, evidenciando, mais uma vez, o acesso a formas de empoderamento propiciada pela ferramenta discursiva representada pelo jornal *A Sirene*.

4 Conclusão

Neste artigo buscamos desenvolver uma análise do jornal *A Sirene* a partir de categorias oriundas de diferentes modelos de análise do discurso, as quais foram integradas e compatibilizadas em função do recorte que escolhemos para abordar o nosso objeto, cuja riqueza e relevância ultrapassam muito os limites de nossa proposta. Assim, enquadramos nossa abordagem do jornal a partir das noções de ferramenta da tecnologia discursiva (PAVEAU, 2013) e de padrões de acesso discursivo ao poder (VAN DIJK, 2008), as quais se mostraram pertinentes e produtivas para os nossos objetivos de pesquisa. Nesse sentido, investimos na hipótese de que *A Sirene* constitui uma ferramenta da tecnologia discursiva que promove padrões de acesso discursivo ao poder por parte dos atingidos, na medida em que assumem o protagonismo no processo de “co-laboração” do jornal, que se realiza como prática em constante transformação, com vistas a seu amadurecimento e consolidação. É nessa perspectiva que destacamos um trecho do editorial da terceira edição do Jornal, que afirma: “Sem dúvida, esta nova edição apresenta um jornal mais maduro e representante das questões que afligem atualmente os atingidos na região de Mariana. Um jornal feito com e para eles. #UmMinutoDeSirene.”

Essa dinâmica de construção não se faz sem respeito às diferentes opiniões daqueles que participam do seu processo, e é na capacidade de gerir as divergências e tensões, de refletir criticamente sobre o seu próprio fazer, em prol de um objetivo coletivo, que *A Sirene* vem conquistando espaço e credibilidade em nível regional e nacional, a qual é legitimamente mencionada pelo próprio Jornal no editorial de sua quarta edição:

(12) EDITORIAL

Em meio a esse interesse nacional, a *Sirene* foi destaque em uma matéria publicada no Observatório de Imprensa, fórum de opiniões que dedica-se a pensar o papel do jornalismo no Brasil. A matéria em questão ressalta a importância de *A Sirene* para os atingidos de Mariana e municípios próximos, como Barra Longa.

O nosso jornal é fruto do trabalho voluntário dos atingidos e de simpatizantes dessa causa, e a sua continuidade

ganhou dois reforços em maio. A Comissão dos Atingidos de Mariana, com o aval do Ministério Público e da Arquidiocese de Mariana, aprovou recursos que garantirão a publicação mensal de *A Sirene* por mais dois anos. A Brazil Foundation, entidade que mobiliza recursos para ideias e ações que procuram transformar o país, aprovou um projeto que financiará bolsas e oficinas que permitirão aperfeiçoar a produção do jornal. [...] *A Sirene* continua soando.

Esse fragmento do editorial atesta e reforça a nossa hipótese de que *A Sirene* é uma ferramenta de construção de conhecimentos e de ativação de estratégias cognitivas e metacognitivas de aprendizagem e de ação conjunta desenvolvida na interação entre os atingidos e os grupos de apoio, a exemplo do projeto que financiará bolsas e oficinas para o aperfeiçoamento da produção do jornal. Sendo assim, *A Sirene* consiste no esforço de promover a inclusão dos discursos das comunidades em situação de vulnerabilidade social em padrões de acesso mais afeitos à complexidade comunicacional da sociedade contemporânea, na qual a narrativa dos atingidos assume visibilidade através da mediação dos grupos de apoio. Podemos dizer que essa iniciativa constitui uma ação cidadã que visa a empoderar populações destituídas do exercício da cidadania, num país historicamente caracterizado pela desigualdade social e pela exclusão dessas populações, em razão da hegemonia das formas de dominância econômica, social, midiática e política.

Não obstante, essa prática de comunicação alternativa, popular e comunitária ainda encara o desafio de equacionar, sem anular, as divergências políticas que emergem, de um lado, entre os próprios atingidos, que muitas vezes manifestam opiniões distintas sobre os seus problemas e, inclusive, mesmo que de maneira minoritária, sobre a validade do próprio Jornal, como “voz” que os representa. De outro lado, faz-se necessário também zelar pela gestão sadia das contradições inerentes ao processo de mediação exercido pelos grupos de apoio, formados por um conjunto heterogêneo de sujeitos, com suas respectivas identidades pessoais e culturais, suas crenças e valores sobre os modos de agir e de dizer politicamente.

De qualquer forma, o jornal continua em pleno processo de produção, com suas edições sendo distribuídas ao público no quinto dia

de cada mês, em alusão à data de rompimento da barragem. Esperamos que essa ferramenta da tecnologia discursiva possa continuar a oferecer aos atingidos, na sua colaboração com os grupos de apoio/mediação, padrões de acesso ao discurso cada vez mais efetivos, aprimorados a partir da dialética entre o respeito à cultura e às variedades linguísticas dessas comunidades e o desenvolvimento de graus de letramento que potencializem a cognição social e distribuída, sob a forma da capacidade de dizer, de se mobilizar e de reivindicar seus direitos, na busca pela preservação do patrimônio, pela justiça e pela participação política.

Referências

- ACHARD-BAYLE, G. La linguistique cognitive et ses applications (?). *Les Cahiers de l'Acedle*, v.6, n.2, p.41-68, 2009.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Fev. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Mar. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Abr. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Mai. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Jul. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Ago. 2016.
- AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998.
- DENNET, D. Real patterns. *The Journal of Philosophy*, v.88, n.1, p.27-51, jan.1991.
- GIBSON, J. *The senses considered as perceptual systems*. Connecticut: Greenwood Press, 1966.
- HUTCHINS, E. L. How a cockpit remembers its speed. *Cognitive Science*, n.19, p.265-288, 1995.
- JONASSEN, D.H. What are cognitive tools? In. KOMMERS, P.A.M. et al. (Ed.). *Cognitive tools for learning*. Berlin: Springer-Verlag, 1992. NATO ASI Series, Vol.81, p.1-6.
- LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MENDES, P. H. A.; MENDES, S. P. Experienciação, cognição e representações da memória: uma análise discursiva do patrimônio

imaterial da Região dos Inconfidentes. *Revista de Estudos da Linguagem*, v.21, p.259-284, 2013.

MENEZES, W. A.; SANTOS, S. P. (Org.). *Discurso, identidade, memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

PAVEAU, M-A. Réalité et discursivité. D'autres dimensions pour la théorie du discours. *Semen*, n.34, p.96-115, 2012.

PAVEAU, M-A. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2013.

PAVEAU, M-A. Palavras anteriores. Os pré-discursos entre memória e cognição. *Filologia e linguística do português*, n.9, p.311-331, 2007.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PUTNAM, H. *The Threefold Cord: Mind, Body, and World*. New York: Columbia University Press, 1999.

SINHA, C. Culture, Language and the Emergence of Subjectivity. *Culture & Psychology*, n.6, p.197-207, 2000.

SINHA, C. Language as a biocultural niche and social institution. In: EVANS, V. (Org.). *New directions in cognitive linguistics*. Philadelphia: J.Benjamins Co., 2009. p.289-310.

VAN DIJK, T. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. *Society and Discourse: How social contexts influence text and talk*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

